

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

IDENTIFICAÇÃO			
Un. Gestora:	Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES		
Un. Adm. Envolvidas:	Setor Subvenções Sociais e Licitações		
Responsáveis:	Fernanda Dalcolmo e Dree Elle Mendonça Freitas Lima		
Data de Elab./ Atual.	07/07/2026	Versão:	1

1. Descrição da Necessidade da Contratação

1.1 O Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá (CNES 6269213) oferece assistência médica/multidisciplinar, **possui 46 leitos SUS de enfermaria para internação, atendimento de urgência com dois leitos de emergência e maternidade de risco Habitual. Presta assistência médica hospitalar nas especialidades de Clínica Médica, Cirurgia, Obstetrícia e Pediatria, além e serviços radiológicos e laboratório de análises clínicas. Compõe a rede de assistência à saúde em parceria com a atenção primária na estruturação das referências e contrarreferências e nas capacitações. Tem uma área construída de 1.738,97 m² com apenas um pavimento. Atende a pacientes dos municípios de Itarana, Itaguaçu, Domingos Martins, Afonso Cláudia, Laranja da Terra e outros. No ano de 2025 foram realizados o total de 96.181 atendimentos e desses, 95.366 foram realizados pelo SUS. Foram realizados o total de 44.755 exames laboratoriais (análises clínicas e imagem) totalmente pelo serviço público. Outro destaque é com relação aos atendimentos de urgência, que no ano de 2025 foram de 38.125 atendimentos sendo 37.640 pelo SUS e 590 cirurgias eletivas, e todas elas pelo Sistema Único de Saúde. Diante dos fatos expostos, conseguimos comprovar a importância do papel do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá frente a sociedade, destacando a quantidade de atendimentos custeados pelo Sistema Único de Saúde.**

Posto isso, **objetivamos com a execução do projeto, garantir uma assistência igualitária e de qualidade aos pacientes acompanhados nas diversas especialidades, além de proporcionar melhorias na infraestrutura, adequação do quantitativo dos equipamentos existentes e ainda a substituição de itens obsoletos, promovendo assim, a manutenção**

do atendimento humanizado e seguro, e para isso, pleiteamos: 1) **Etiquetadora (Impressora) – 01 unidade: está sendo solicitada também para atender a necessidades do setor de Nutrição, considerando que esse auxilia na identificação dos alimentos.**

Nesse sentido, e diante o exposto, e considerando o Art. 16 da Lei Federal nº 4.320/1964, vislumbramos a manutenção das atividades prestadas através da aquisição dos equipamentos pleiteados, uma vez que no ano de 2025 foram realizados 96.181 atendimentos gerais e a meta para o ano de 2026 é atingir o a meta do ano de 2025.

O HESMJ tem como público-alvo os usuários do SUS e concentra cerca de 99,2% do seu atendimento a esses pacientes. Sendo assim, a aquisição dos equipamentos irá beneficiar esse público em específico, mantendo um constante aprimoramento no serviço prestado, proporcionando segurança nos tratamentos ofertados aos pacientes que buscam atendimento pelo Sistema Único de Saúde.

Para que seja possível executar o projeto de forma concisa, temos como diretriz: proporcionar adequação no quantitativo dos equipamentos pleiteados, além de substituição de itens obsoletos, nos permitindo manter a qualidade no atendimento ao usuário. Vale ressaltar que a instituição se encontra em pleno funcionamento e que suas atividades estão em pleno desenvolvimento, e que os setores urgência e emergência, maternidade, internação geral e nutrição são os responsáveis pela solicitação, recebimento, conferência e utilização dos bens.

Por fim, é importante destacar que a aquisição e utilização desses itens encontram-se em conformidade com as metas e diretrizes da atenção especializada e que para a aquisição iremos cumprir o prazo estabelecido na vigência do instrumento. Destacamos ainda que o serviço se encontra em conformidade com as metas e diretrizes da atenção especializada.

2. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

2.1. Com a aquisição do item pleiteado, objetivamos a manutenção das atividades já prestadas através da atualização do parque tecnológico e adequação do quantitativo de equipamento existente e ainda, proporcionar apoio ao atendimento humanizado e melhorias na infraestrutura dos equipamentos.

3. Requisitos da Contratação

3.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 20 da Lei 14.133/2021, considerando que possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Neste sentido, com base nas características citadas, a escolha mais adequada para realizar a contratação dos itens é o Pregão Eletrônico.

As aquisições da Instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, a aquisição de **1) Etiquetadora (Impressora) – 01 unidade**, deverão ser realizadas respeitando os referidos preceitos e ainda, considerando o prazo de execução conforme o plano de trabalho, que é de 12 meses.

4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

4.1. A estimativa de quantidade do item a ser adquirido foi realizada pelo Setor Requisitante, o qual levou em consideração o déficit do referido bem e o número de atendimentos de pacientes, conforme dados colhidos na Instituição. Como método para estimar os valores da contratação, foi realizada pesquisa de preços, visando efetividade na licitação e aquisição dos itens pelo menor preço.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
Etiquetadora (Impressora)	Impressora de etiquetas desktop. Largura de impressão: Máx. 108mm. Alimentação: Entrada 110/220Vac, Saída 24Vdc 2A. Dimensões: 198(L) x 171(A) x 240(P) mm. Softwares: Bartender Ultra Lite e Direct Print. Interfaces de comunicação: ETHERNET/USB. Ribbon: 110mm x 100(máx.) cera/misto/resina. Resolução: 203dpi / 300dpi (opcional)	Und	01

	instalável em campo). Linguagens de programação: EPL / ZPL / PPLA / PPLB (reconhecimento automático). Velocidade de impressão: Máx. 4 pol./seg.		
--	---	--	--

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para elaboração da proposta, foi realizada pesquisa de preços através de contato direto com fornecedores e Portal Banco de Preços, sendo possível averiguar a existência de diversos fornecedores que atendem ao solicitado no plano de trabalho, tanto no descritivo técnico quanto no valor cadastrado.

6. Estimativa do Valor da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Etiquetadora (Impressora)	01	R\$ 1.789,00	R\$ 1.789,00

7. Descrição da Solução

7.1 Objetivamos garantir uma assistência igualitária e de qualidade aos pacientes acompanhados nas diversas especialidades, além de proporcionar melhorias na infraestrutura, adequação do quantitativo dos equipamentos existentes e ainda a substituição de itens obsoletos, promovendo assim, a manutenção do atendimento humanizado e seguro.

8. Justificativas para o Parcelamento ou não da Contratação

8.1 No processo licitatório, a adjudicação se dará por item, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247. Dessa forma, será realizada licitação para aquisição de

1) Etiquetadora (Impressora) – 01 unidade, em conformidade com o § 1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, a adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula nº 247 do TCU.

9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

9.1 Garantir uma assistência igualitária e de qualidade aos pacientes acompanhados nas diversas clínicas do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá. As aquisições auxiliarão na manutenção dos serviços já prestados, impactando positivamente no atendimento ao paciente do Sistema Único de Saúde.

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do Contrato

10.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não se aplica a esta contratação.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

12.1 Não se vislumbra impactos ambientais para os itens que se pretende adquirir.

13. Posicionamento Conclusivo

13.1 Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida, mostrando-se tecnicamente e fundamentadamente necessária, através deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Rodrigo André Seidel
Presidente

ANEXO I

ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

(inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, §7º do art. 17 do Decreto 5352-R/2023)

RISCO 1 – Licitação Deserta ou Fracassada		
Probabilidade:	(☒) Pouco (☐) Provável (☐) Muito	
Impacto:	(☐) Baixo (☒) Médio (☐) Alto	
Fase Impactada:	(☐) Fase Interna (☒) Fase Externa (☐) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Não se concretizar a contratação pretendida	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Revisar e ajustar o descritivo técnico do objeto a ser licitado	Gestor da Área Solicitante
2.	Realizar pesquisa de preços e análise de mercado em busca de maior número de participantes	Analista de Licitações/Equipe de Apoio
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar nova licitação ampliando a divulgação e contactar fornecedores	Pregoeiro e Equipe de Apoio

RISCO 2 – Dificuldade na Aquisição do Objeto Licitado		
Probabilidade:	(☒) Pouco (☐) Provável (☐) Muito	
Impacto:	(☐) Baixo (☒) Médio (☐) Alto	
Fase Impactada:	(☐) Fase Interna (☒) Fase Externa (☐) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Não se concretizar a contratação pretendida	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Efetuar pesquisa de mercado para verificar se o valor e descritivo do objeto estão condizentes com o mercado	Analista de Licitações/Equipe de Apoio
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Solicitar reformulação para ajuste do plano de trabalho, visando sanar o fator que está impedindo a aquisição do objeto ou solicitar substituição do item	Setor de Subvenções Sociais e Licitações

PLANILHA DE CUSTOS

PROJETO: Suporte ao atendimento humanizado – Atualização do parque tecnológico do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá.

PROPONENTE: AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense (Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá)

META 1	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QNT	PREÇO PROGRAMADO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1.1	Cama Hospitalar Tipo Fowler Elétrica	Possuir controle remoto de mão com fio. Possuir grades laterais em dois pares, sendo um par pra dorso e um par pra perna, atuação independente, com sistema retrátil. Montagem totalmente modular com dimensões normalizadas. Capaz de realizar os seguintes movimentos: ajuste de altura, inclinação do dorso, flexão das pernas, incluindo as seguintes posições: Fowler, Semifowler, Trendelenburg, Sentado, Dorso, Joelhos, Vascular, Reverso do Trendelenburg (próclive) e Elevação do Leito, movimentos realizados através de atuadores lineares DC blindados, atuados via controle remoto de mão com fio. Cabeceira e Proteção para os pés removíveis. Sistema de grades com retração linear através de acionamento independente, com sistema de amortecimento. Leito em chapa de aço fosfatizada SAE 1010 revestido em material termoplástico de alta resistência. Possuir 04 Rodízios de no mínimo 100mm de diâmetro, com sistema de freio acionado por trava única, disposta em ambos os lados da cama, permitindo movimento livre dos 4 rodízios em qualquer direção e podendo direcionar 2 rodízios para percursos longos. Possuir 4 posições para suporte de soro ou trapézio. Seção do dorso com sistema de compensação para evitar compressões no tórax e pélvis ao ser inclinada e dotada de amortecedor para	Und	2	R\$ 21.500,00	R\$ 43.000,00

		aliviar sua queda quando CPR (Ressuscitação Cardiopulmonar) é acionado. Com função CPR (Ressuscitação Cardiopulmonar) - sistema quick release, em ambos os lados da cama. Possuir segmentos do dorso e joelhos simultaneamente acionados através de comando único. Possuir indicação de nível em ambos os lados da cama. Ganchos para Bolsas do tipo foley/ dispositivos urinários. Ganchos para drenos. Local para instalação de cintas para retenção dos pacientes. Com balança digital incorporada à cama para pesagem do paciente, eliminando a necessidade de remoção deste, com controle digital de fácil manuseio, onde através de um único toque de comando mantém-se o peso do paciente, sendo possível a inclusão ou a retirada de acessórios sobre a cama ou sobre o paciente. Possibilita pesagens com o paciente em qualquer posição. Nível contra penetração de água IPX4. O acabamento da estrutura metálica é através de pintura eletrostática a pó a base de resina poliéster com espessura média de 80 micron e grau de aderência GR0, conforme DIN 53151. Chapa de aço com tratamento de superfície. Dimensões mínimas : comprimento total de 2100mm, Largura Total de 1000mm, Comprimento Útil de 1900mm, Largura total com grades recolhidas de 950mm, Largura útil de 850mm, Altura mínima sem colchão de 450mm, Altura máxima sem colchão de 740mm, Trendelemburg de 12° máximo, Trendelemburg Reverso de 12° máximo, Articulação da seção do dorso de 65° máximo, Articulação da seção do joelho de 30° máximo, Articulação da seção das pernas - 6 ângulos diferentes. Acompanhar colchão densidade mínima 28. Possuir			
--	--	--	--	--	--

		angulômetro nas laterais. Capacidade de Carga de 200Kg. Alimentação elétrica bivolt. Manual de usuário. Manual de serviço.				
1.2	Baby Puffer Neonatal	Blender para oxigênio e ar comprimido, compatível com ressuscitador BABY PUFF destinado ao uso hospitalar. 2- com capacidade de mistura precisa de oxigênio e ar comprimido, garantindo a entrega de concentrações ajustáveis de oxigênio (FiO2) de 21% a 100%. 3- Deve ser compatível com dispositivos de ventilação neonatal BABY PUFF, possuir fixação compatível com o ressuscitador. 4- Conexões padrão para gases medicinais. 5- Controle de fluxo ajustável (mínimo de 0 a 15 L/min), por fluxômetro na saída que deve ser fornecido, mangueiras e acessórios necessários para conexão ao ressuscitador BABY PUFF.	Und	2	R\$ 9.508,00	R\$ 19.016,00
1.3	Carro Térmico	Carro Quente e Frio em aço inox com injeção de poliuretano. Portas com gaxetas magnéticas com trinco para fechamento. Puxador lateral e para choques para facilitar a locomoção. Controladores eletrônicos de temperatura. Sistema de guias para bandejas 7 de cada lado. Aparadores superiores para evitar queda de utensílios. Aquecido : 80 a 85 graus . Refrigerado : 4 a 6 graus. Medidas: comprimento 240cm Largura: 740cm Altura: 1440cm.	Und	1	R\$ 31.238,00	R\$ 31.238,00
1.4	Televisor Smart TV 40/41/42/43 Polegadas	LED 40/41/42/43 polegadas, Full HD; Entrada HDMI; Possuir conversor digital; Porta de entrada USB e Wi-Fi.	Und	2	R\$ 2.469,05	R\$ 4.938,10
1.5	Etiquetadora (Impressora)	Impressora de etiquetas desktop. Largura de impressão: Máx. 108mm. Alimentação: Entrada 110/220Vac, Saída 24Vdc 2A.	Und	1	R\$ 1.789,00	R\$ 1.789,00

		Dimensões: 198(L) x 171(A) x 240(P) mm. Softwares: Bartender Ultra Lite e Direct Print. Interfaces de comunicação: ETHERNET/USB. Ribbon: 110mm x 100(máx.) cera/misto/resina. Resolução: 203dpi / 300dpi (opcional instalável em campo). Linguagens de programação: EPL / ZPL / PPLA / PPLB (reconhecimento automático). Velocidade de impressão: Máx. 4 pol./seg.				
TOTAL:			Und	8	R\$ 66.504,05	R\$ 99.981,10

Assinatura eletrônica
13/03/2026 10:40 UTC -03:00



CPF: 576.696.940-68
Rodrigo André Seidel

Rodrigo André Seidel - Presidente

ENVELOPE

Descrição do envelope: HESMJ - Projeto "Assistência Integral"

ID do envelope: 1760298



Use a câmera do celular para escanear o QR Code e verificar a autenticidade das assinaturas.

**Para validar apenas este documento, informe o código:
c269b3**

Código de verificação do envelope: 83d1a8a9-ff41-4129-8b3c-238f04815d0a

ARQUIVO

3 Planilha de Custos.pdf

Hash: 431329f1e1150dbe4bf034f1d9ae4807b3d6403f69fd3b7e54092c5ad1c269b3

ASSINADO POR



Rodrigo André Seidel

E-mail: presidencia.contratos@aebe.org.br

CPF: 576.696.940-68

IP: 189.50.10.242

Geolocalização: -20.4326992, -40.3693008

Hash: 44fae313f36308ac990b68145a7073c3010d20da67aa4daa4d28ae5e78afd9df

Data e horário: 13/03/2026 às 10:40 • Fuso Horário: UTC -03:00

Assinado como: Signatário

Assinatura: Eletrônica

Assinatura eletrônica
13/03/2026 10:40 UTC -03:00



Rodrigo André Seidel

CPF: 576.696.940-68
Rodrigo André Seidel



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

TERMO DE FOMENTO Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026-F3TDC

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, inscrita no CNPJ sob nº 27.080.605/0001-96, com sede na Avenida Engenheiro Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-360, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.893.466/0001-40, neste ato representado pelo Subsecretário de Estado de Contratualização em Saúde, Sr. **HEBER DE SOUZA LAUAR**, e a **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE**, inscrita no CNPJ sob nº 28.127.926/0008-38, com sede na Rua Hermann Miertschink, nº 210, Centro, Santa Maria de Jetibá – ES, CEP 29645-000, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representada pelo Presidente, Sr. **RODRIGO ANDRÉ SEIDEL**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante o processo administrativo nº 2026-F3TDC e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo de fomento tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 - O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) Designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- i) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) Colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) Apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) Apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Manter escrituração contábil regular;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente termo de fomento é de **R\$ 99.981,10 (noventa e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e dez centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de **R\$ 99.981,10 (noventa e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e dez centavos)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária **20.44.901.10.302.0061.2209**, UG **440901**, Gestão **44901**, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 1500100200 – ED: 445042 – R\$ 99.981,10

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste termo de fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III – Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I – Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente termo de fomento vigorará a partir do dia **01/06/2026** até **31/05/2027**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente termo de fomento, que deverá ser formalizada por termo aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do termo de fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) SESA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

I – Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Extrato da conta bancária específica;

II – Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo primeiro - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo segundo - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

II – Relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – Os impactos econômicos ou sociais;

III – O grau de satisfação do público-alvo;

IV – A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – Aprovação da prestação de contas;

II – Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo primeiro - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo segundo - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) Omissão no dever de prestar contas;

b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste termo de fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do termo de fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

III – Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste termo de fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste termo de fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente termo de fomento poderá ser:

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

I – Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente termo de fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste termo de fomento ou que com ele tenham relação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em

Termo de Fomento nº 007/2026 - Processo Administrativo nº 2026-F3TDC

Os dados dos representantes da OSC estão registrados na 'RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES, o qual foi classificado como sigiloso no E-Docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para cumprir as normas de privacidade estabelecidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

HEBER DE SOUZA LAUAR

Subsecretário de Estado de Contratualização em Saúde
Administração Pública Estadual

RODRIGO ANDRÉ SEIDEL

Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense
Organização da Sociedade Civil

PLANO DE TRABALHO
(Artigo 22 da Lei Nº 13.019-2014, alterada pela Lei Nº 13.204-2015)

1. DADOS CADASTRAIS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC		
Organização da Sociedade Civil Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá		CNPJ: 28.127.926/0008-38
Endereço (Logradouro e Complemento): Rua Hermann Miertschink, 210		C.E.P. 29.645-000
Bairro: Centro	Município Santa Maria de Jetibá	Telefone: (27) 3016-4055
Banco: 021 Banestes	Agência: 084	Conta bancária: 4098377-7
Página na Internet: www.evangelicovv.com.br		Endereço Eletrônico: suporte.projetos@evangelicovv.com.br

2. DADOS CADASTRAIS DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL			
Nome: Rodrigo André Seidel		C.P.F. 576.696.940-68	
Nº RG: 1041766898	Órgão Expedidor: SESP-RS		Telefone: (27) 3016-4055
Cargo: Presidente	Endereço Eletrônico: suporte.presidencia@evangelicovv.com.br	Mandato	
		Início Maio/2024	Término Abril/2028
Endereço (Logradouro e Complemento): Rua José de Anchieta Fontana, nº 27- Bairro Centro, Santa Leopoldina - ES		C.E.P. 29.640-000	

3. Outros Partícipes (Incluir os Dados de Identificação Quando Existirem Outros Parceiros para Execução deste Projeto)			
Nome:		CNPJ:	
Endereço (Logradouro e Complemento):		C.E.P.	
Bairro:	Município:	Telefone:	
Página na Internet:		Endereço Eletrônico:	

4. Descrição do Projeto		
Título do Projeto: Suporte ao atendimento humanizado – Atualização do parque tecnológico do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá.	Período de Execução	
	Início Junho/2026	Término Maio/2027

4.1 - Identificação do Objeto
A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - mantenedora Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá tem como objeto proposto a aquisição de equipamentos para atender às necessidades assistenciais. A instituição recebe pacientes da região serrana do estado com o compromisso de prestar um serviço resolutivo, de qualidade e segurança. Por isso, ao adquirirmos os equipamentos, visamos garantir uma assistência igualitária, além de promover a manutenção dos serviços já prestados, impactando positivamente no atendimento disponibilizado aos pacientes assistidos pelo Sistema Único de Saúde.

4.2 - Justificativa da Proposição
O Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá (CNES 6269213) oferece assistência médica/multidisciplinar, possui 46 leitos SUS de enfermaria para internação, atendimento de urgência com dois leitos de emergência e maternidade de risco Habitual. Presta assistência médica hospitalar nas especialidades de Clínica Médica, Cirurgia, Obstetrícia e Pediatria, além e serviços radiológicos e laboratório de análises clínicas. Compõe a rede de assistência à saúde em parceria com a atenção primária na estruturação das referências e contrarreferências e nas capacitações. Tem uma área construída de 1.738,97 m² com apenas um pavimento. Atende a pacientes dos municípios de Itarana, Itaguaçu, Domingos Martins, Afonso Cláudia, Laranja da Terra e outros. No ano de 2025 foram realizados o total de 96.181 atendimentos e desses, 95.366 foram realizados pelo SUS. Foram realizados o total de 44.755 exames laboratoriais (análises clínicas e imagem) totalmente pelo serviço público. Outro destaque é com relação aos atendimentos de urgência, que no ano de 2025 foram de 38.125 atendimentos sendo 37.640 pelo SUS e 590 cirurgias eletivas, e todas elas pelo Sistema Único de Saúde. Diante dos fatos expostos,

PLANO DE TRABALHO
(Artigo 22 da Lei Nº 13.019-2014, alterada pela Lei Nº 13.204-2015)

conseguimos comprovar a importância do papel do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá frente a sociedade, destacando a quantidade de atendimentos custeados pelo Sistema Único de Saúde.

Posto isso, **objetivamos com a execução do projeto, garantir uma assistência igualitária e de qualidade aos pacientes acompanhados nas diversas especialidades, além de proporcionar melhorias na infraestrutura, adequação do quantitativo dos equipamentos existentes e ainda a substituição de itens obsoletos, promovendo assim, a manutenção do atendimento humanizado e seguro**, e para isso, pleiteamos: **1) Cama Hospitalar Tipo Fowler Elétrica – 02 unidades: está sendo solicitado para adequação do quantitativo existente do item, para atender enfermarias do setor internação geral, além de vislumbrarmos a possibilidade de adquirir um bem mais moderno e com tecnologia atual; 2) Baby Puff Neonatal – 02 unidades: é um reanimador manual de peça em T (tipo Neopuff) essencial para a ventilação segura de recém-nascidos e prematuros em sala de parto, UTI ou transporte. Ele fornece suporte respiratório com pressão positiva (PIP) e pressão expiratória final (PEEP) consistentes, ajudando a abrir os alvéolos e prevenir colapso pulmonar. Está sendo solicitado para substituição de itens obsoletos e depreciados pelo tempo de uso; 3) Carro Térmico – 1 unidade: para atender a demanda do setor de Nutrição com o intuito de proporcionar maior segurança no armazenamento e transporte das refeições; 4) Televisor Smart TV 40/41/42/43 Polegadas - 02 unidades: está sendo solicitada para equipar o pronto atendimento proporcionando automação nas ações de organização quanto ao atendimento do paciente e 5) Etiquetadora (Impressora) – 01 unidade: está sendo solicitada também para atender a necessidades do setor de Nutrição, considerando que esse auxilia na identificação dos alimentos.**

Nesse sentido, e diante o exposto, e considerando o Art. 16 da Lei Federal nº 4.320/1964, vislumbramos a manutenção das atividades prestadas através da aquisição dos equipamentos pleiteados, uma vez que no ano de 2025 foram realizados 96.181 atendimentos gerais e a meta para o ano de 2026 é atingir o a meta do ano de 2025.

O HESMJ tem como público-alvo os usuários do SUS e concentra cerca de 99,2% do seu atendimento a esses pacientes. Sendo assim, a aquisição dos equipamentos irá beneficiar esse público em específico, mantendo um constante aprimoramento no serviço prestado, proporcionando segurança nos tratamentos ofertados aos pacientes que buscam atendimento pelo Sistema Único de Saúde.

Para que seja possível executar o projeto de forma concisa, temos como diretriz: proporcionar adequação no quantitativo dos equipamentos pleiteados, além de substituição de itens obsoletos, nos permitindo manter a qualidade no atendimento ao usuário. Vale ressaltar que a instituição se encontra em pleno funcionamento e que suas atividades estão em pleno desenvolvimento, e que os setores urgência e emergência, maternidade, internação geral e nutrição são os responsáveis pela solicitação, recebimento, conferência e utilização dos bens.

Por fim, é importante destacar que a aquisição e utilização desses itens encontram-se em conformidade com as metas e diretrizes da atenção especializada e que para a aquisição iremos cumprir o prazo estabelecido na vigência do instrumento. Destacamos ainda que o serviço se encontra em conformidade com as metas e diretrizes da atenção especializada.

5. Metas a Serem Atingidas

(Descrever as Metas a Serem atingidas e de Atividades ou Projetos que serão executados)

5.1 -Metas Meio (Físico-financeiras)

(São as metas que envolvem dispêndio de recursos financeiros, quantificando as atividades que serão desenvolvidas)

- Cama Hospitalar Tipo Fowler Elétrica – 02 (duas) unidades;
- Baby Puffer Neonatal – 02 (duas) unidades;
- Carro Térmico – 01 (uma) unidade;
- Televisor Smart TV 40/41/42/43 Polegadas – 02 (duas) unidades;
- Etiquetadora (Impressora) – 01 (uma) unidade

5.2 - Metas Finalísticas (de Impacto Social)

(São as metas que correspondem aos resultados gerados com as aquisições de bens ou serviços, qualificando o modo pelo qual a proposta será executada)

- Aquisição dos equipamentos conforme descrito no item 5.1;
- Manutenção qualidade no atendimento aos pacientes internados e em tratamento nas diversas clínicas, adequação do quantitativo de equipamentos e substituição de itens obsoletos;
- Proporcionar maior segurança e conforto na assistência prestada;
- Garantir uma assistência igualitária e de qualidade aos pacientes SUS.

5.3 – Atividades/Projetos a Serem Executados/Metodologia

PLANO DE TRABALHO
(Artigo 22 da Lei Nº 13.019-2014, alterada pela Lei Nº 13.204-2015)

(São as atividades, ações/projetos que serão desenvolvidas para o atingimento das Metas, ou seja, o que será realizado para que as Metas sejam alcançadas)

- Levantamento de preços dos equipamentos pleiteados;
- Executar o Projeto Suporte ao atendimento humanizado – Atualização do parque tecnológico do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá;
- Adquirir os equipamentos conforme 5.1;
- Registrar o Projeto Assistência Integral ao Paciente assistido pela Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – Mantenedora do Hospital Evangélico de Santa Maria de Jetibá por meio registro no Sistema MV;
- Elaborar Relatório Final de Execução do Objeto;
- Elaborar Relatório Final de Execução Financeira (se solicitado pelo fiscal da parceria).

5.4 - Parâmetros para Aferição de Metas

(Refere-se aos meios que serão utilizados para medir/quantificar o atingimento das Metas)

- Pesquisa de Mercado realizada para aferição dos preços dos equipamentos a serem adquiridos;
- Registro no Sistema MV;
- Comprovante de serviço aquisição dos itens por meio de Nota Fiscal;
- Relatório Final de Execução do Objeto;
- Relatório Final de Execução Financeira (se solicitado pelo fiscal da parceria).

6. Cronograma de Execução

6.1 - Metas Físico-Financeiras

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Qnt	Início	Término
1	Aquisição de Medicamento					
	1.1	Cama Hospitalar Tipo Fawler Elétrica: Possuir controle remoto de mão com fio. Possuir grades laterais em dois pares, sendo um par pra dorso e um par pra perna, atuação independente, com sistema retrátil. Montagem totalmente modular com dimensões normalizadas. Capaz de realizar os seguintes movimentos: ajuste de altura, inclinação do dorso, flexão das pernas, incluindo as seguintes posições: Fowler, Semifowler, Trendelenburg, Sentado, Dorso, Joelhos, Vascular, Reverso do Trendelenburg (próclive) e Elevação do Leito, movimentos realizados através de atuadores lineares DC blindados, atuados via controle remoto de mão com fio. Cabeceira e Proteção para os pés removíveis. Sistema de grades com retração linear através de acionamento independente, com sistema de amortecimento. Leito em chapa de aço fosfatizada SAE 1010 revestido em material termoplástico de alta resistência. Possuir 04 Rodízios de no mínimo 100mm de diâmetro, com sistema de freio acionado por trava única, disposta em ambos os lados da cama, permitindo movimento livre dos 4 rodízios em qualquer direção e podendo direcionar 2 rodízios para percursos longos. Possuir 4 posições para suporte de soro ou trapézio. Seção do dorso com sistema de compensação para evitar compressões no tórax e pélvis ao ser inclinada e dotada de amortecedor para aliviar sua queda quando CPR (Ressuscitação Cardiopulmonar) é acionado. Com função CPR (Ressuscitação Cardiopulmonar) - sistema quick release, em ambos os lados da cama. Possuir segmentos do dorso e joelhos simultaneamente acionados através de comando único. Possuir indicação de nível em ambos os lados da cama. Ganchos para Bolsas do tipo foley/ dispositivos urinários. Ganchos para drenos. Local para instalação de cintas para retenção dos pacientes. Com balança digital incorporada à cama para pesagem do paciente, eliminando a necessidade de remoção deste, com controle digital de fácil manuseio, onde através de um único toque de comando mantém-se o peso do paciente, sendo possível a inclusão ou a retirada de acessórios sobre a cama ou sobre o paciente. Possibilita pesagens com o paciente em qualquer posição. Nível contra penetração de água IPX4. O acabamento da estrutura metálica é através de pintura eletrostática a pó a base de resina poliéster com espessura média de 80 micron e grau de aderência GR0, conforme DIN 53151. Chapa de aço com tratamento de superfície. Dimensões mínimas : comprimento total de 2100mm, Largura Total de 1000mm, Comprimento Útil de 1900mm. Largura total com grades recolhidas de 950mm.	Und	2	Junho/2026	Maio/2027

PLANO DE TRABALHO
(Artigo 22 da Lei Nº 13.019-2014, alterada pela Lei Nº 13.204-2015)

		Largura útil de 850mm, Altura mínima sem colchão de 450mm, Altura máxima sem colchão de 740mm, Trendelemburg de 12° máximo, Trendelemburg Reverso de 12° máximo, Articulação da seção do dorso de 65° máximo, Articulação da seção do joelho de 30° máximo, Articulação da seção das pernas - 6 ângulos diferentes. Acompanhar colchão densidade mínima 28. Possuir angulômetro nas laterais. Capacidade de Carga de 200Kg. Alimentação elétrica bivolt. Manual de usuário. Manual de serviço.				
	1.2	Baby Puffer Neonatal: Blender para oxigênio e ar comprimido, compatível com ressuscitador BABY PUFF destinado ao uso hospitalar. 2- com capacidade de mistura precisa de oxigênio e ar comprimido, garantindo a entrega de concentrações ajustáveis de oxigênio (FIO2) de 21% a 100%. 3- Deve ser compatível com dispositivos de ventilação neonatal BABY PUFF, possuir fixação compatível com o ressuscitador. 4- Conexões padrão para gases medicinais. 5- Controle de fluxo ajustável (mínimo de 0 a 15 L/min), por fluxômetro na saída que deve ser fornecido, mangueiras e acessórios necessários para conexão ao ressuscitador BABY PUFF.	Und	2		
	1.3	Carro Térmico: Carro Quente e Frio em aço inox com injeção de poliuretano. Portas com gaxetas magnéticas com trinco para fechamento. Puxador lateral e para choques para facilitar a locomoção. Controladores eletrônicos de temperatura. Sistema de guias para bandejas 7 de cada lado. Aparadores superiores para evitar queda de utensílios. Aquecido : 80 a 85 graus . Refrigerado : 4 a 6 graus.Medidas: comprimento 240cm Largura: 740cm Altura: 1440cm.	Und	1		
	1.4	Televisor Smart TV 40/41/42/43 Polegadas: LED 40/41/42/43 polegadas, Full HD; Entrada HDMI; Possuir conversor digital; Porta de entrada USB e Wi-Fi.	Und	2		
	1.5	Etiquetadora (Impressora): Impressora de etiquetas desktop. Largura de impressão: Máx. 108mm. Alimentação: Entrada 110/220Vac, Saída 24Vdc 2A. Dimensões: 198(L) x 171(A) x 240(P) mm. Softwares: Bartender Ultra Lite e Direct Print. Interfaces de comunicação: ETHERNET/USB. Ribbon: 110mm x 100(máx.) cera/misto/resina. Resolução: 203dpi / 300dpi (opcional instalável em campo). Linguagens de programação: EPL / ZPL / PPLA / PPLB (reconhecimento automático). Velocidade de impressão: Máx. 4 pol./seg.	Und	1		

7. Plano de Aplicação				
Natureza da Despesa		Concedente (R\$)	Proponente (R\$)	Total (R\$)
Código	Especificação			
4.4.50.42	Auxílio	99.981,10	0,00	99.981,10
Total Geral				99.981,10

8. Cronograma de Desembolso - Concedente						
8.1 - Concedente						
Meta	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026	Setembro/2026	Outubro/2026	Novembro/2026
	99.981,10	-	-	-	-	-
Meta	Dezembro/2026	Janeiro/2027	Fevereiro/2027	Março/2027	Abril/2027	Maió/2027
	-	-	-	-	-	-
8.2 - Proponente						
Meta	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026	Setembro/2026	Outubro/2026	Novembro/2026
	-	-	-	-	-	-
Meta	Dezembro/2026	Janeiro/2027	Fevereiro/2027	Março/2027	Abril/2027	Maió/2027
	-	-	-	-	-	-

PLANO DE TRABALHO
(Artigo 22 da Lei Nº 13.019-2014, alterada pela Lei Nº 13.204-2015)

9. Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Rodrigo André Seidel
Presidente

10. Aprovação pelo Concedente

Aprovado (Local e Data)

Concedente (Carimbo/Assinatura)

Vitória/ES,

Secretaria de Estado da Saúde

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

HEBER DE SOUZA LAUAR
SUBSECRETARIO ESTADO
SSEC - SESA - GOVES
assinado em 26/05/2026 08:07:46 -03:00

RODRIGO ANDRE SEIDEL
CIDADÃO
assinado em 25/05/2026 16:52:28 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/05/2026 11:24:32 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-VLRCL0>